

A evolução eleitoral do PT em São Paulo*

Andreza Davidian**

(DCP-USP /NECI/CEM-Cebrap)

1. Introdução

O desempenho eleitoral seria profundamente influenciado pela maneira que se constituem e se estruturam os partidos em Duverger. A estrutura organizacional, assim, seria o marco principal das atividades dos membros e determinaria os mecanismos de seleção das lideranças partidárias, do mesmo modo que explicaria a força e a eficácia de alguns partidos, e a debilidade dos demais.

Nesse sentido, a “genética” dos partidos brasileiros – conforme postula a perspectiva organizacional – seria pouco favorável, dado o contexto da formação marcado pelo retrocesso para a institucionalização do sistema partidário. Tendo os partidos, em sua maioria, sido criados dentro do Estado, o sistema partidário brasileiro seria marcado pela “inexistência de qualquer agremiação de real caráter societário, independente do Estado e definida sobre bases populares bem sedimentadas” (Meneguello, 1989: 39).

Somente um partido se diferenciaria nesse contexto¹, sendo apontado pela literatura como aquele que mais se aproximaria do modelo duvergeriano de partido de massa (Meneguello, 1989; Keck, 1991; Mainwaring, 1999; Samuels, 2004). Para além das características de origem e de proposta política, a dimensão organizacional é aspecto

* Versão preliminar. Favor não citar sem autorização da autora.

** Este trabalho é parte de minha pesquisa de mestrado no Departamento de Ciência Política da USP, que conta com o financiamento da FAPESP. Registro também agradecimento aos companheiros de trabalho do Neci, com quem discuto constantemente os rumos da pesquisa, e em especial Grazielle Silotto, pelo auxílio com os dados.

¹ Lincoln Secco (2011) não deixa também de reconhecer que o PCB haveria cumprido os requisitos de Duverger para caracterizar-se como um partido de massa pois foi “fundado fora dos meios políticos tradicionais, era bastante pedagógico, organizado em células de base, nacionalmente centralizado e controlava rigorosamente a filiação de seus membros” (2011: 31). O problema, de acordo Secco, teria sido o partido não encontrar forma de inserção legal na vida político-partidária.

central mobilizado para falar-se da distinção do PT em relação aos demais partidos, no contexto de um sistema partidário frágil, onde os partidos careceriam de enraizamento social.

Porém, dados os demais incentivos institucionais percebidos como negativos para o fortalecimento dos partidos, não tarda que seja diagnosticada a degeneração do PT enquanto partido de massa, no sentido normativo da proposição de Duverger. A literatura nesse viés, ao tratar da evolução do PT, se voltou, em grande medida, antes à justificação da mudança do que à compreensão dos elementos concretos que propiciaram o crescimento do PT no eleitorado. Em especial, a ênfase na variação entre as eleições de 2002 e 2006 ofuscou o movimento que o partido faz já em 2002 de ir além dos eleitores de sua base, o que se reflete tanto na chegada à presidência, como na maior penetração do partido nas eleições para o Legislativo.

De outro lado, há a perspectiva que descreve a chegada do PT na presidência nos termos da estratégia de coordenação no âmbito das elites partidárias – estratégia esta que triunfa em 2002, mas que estaria posta já desde o início das competições eleitorais. Se esta perspectiva parece adequada para tratar das eleições majoritárias no nível federal, ela não dá conta de tratar da evolução do partido de maneira mais abrangente, compreendendo, por exemplo, o desempenho do partido nas eleições proporcionais, que parece estar articulado ao desempenho para presidência.

Ou seja, as principais abordagens teóricas disponíveis parecem não dar devida atenção ao esforço efetivo do partido de interação com a base. Uma delas por centrar-se demasiadamente nos elementos plebiscitários, por assim dizer, da chegada do partido à presidência. Outra por resumir a dinâmica partidária ao componente estratégico de coordenação das elites.

Em contraste, se argumenta aqui que há uma dinâmica organizacional que passa ao largo dessa literatura. Ainda que este elemento estivesse presente já nas primeiras análises sobre o partido – Meneguello (1989), por exemplo, frisara a importância da organização das bases partidárias como sendo este fator decisivo para tratar para explicar o desempenho eleitoral petista –, o papel desta dinâmica parece ser mais

valorizado no momento inicial de constituição do partido do que posteriormente. A abordagem de Ribeiro (2008), todavia, mostra que as transformações do partido passaram inclusive por uma expansão organizativa quando já na presidência. Apesar do argumento mais geral de que o partido deixa de se basear na militância para tornar-se um partido profissional-eleitoral, aponta-se que a capilarização organizativa permanece sendo central para a estruturação do partido, responsável por sua nacionalização e pela expansão numérica de sua base.

Este trabalho buscará mostrar que esta abordagem pode ser frutífera para um compreensão mais completa da evolução do PT, tomando como referência o estudo do estado de São Paulo. O recorte parece propício pois, de um lado, o estado foi o berço do partido, representando uma das regiões onde o partido primeiro estabelece uma estrutura organizativa, de outro, o partido sempre enfrentou dificuldade em relação ao opositor tucano no nível estadual, nunca tendo tido a chance de disputar um segundo turno para o executivo estadual apenas uma vez.

A caracterização demográfica da composição do voto petista nas eleições de 1994 até as atuais mostrará que houve a entrada no eleitorado mais desfavorecido já em 2002, de modo que este marco não possa ser adequadamente descrito como efeito da incumbência, conforme acabam fazendo muitas abordagens. Ademais, a análise conjunta dos resultados das eleições presidenciais com outras esferas de disputa sugere que há uma dinâmica ocorrendo para além desta mais central, seja pela oferta das listas nas eleições para Deputado, seja pela oferta de candidaturas no nível local, cuja compreensão parece passar pela dinâmica organizacional do partido.

2. A questão da mudança da base

Meneguello (1989) foi responsável por um dos estudos seminais sobre o PT. O partido, àquele tempo, era descrito como uma novidade, sendo o único a emergir “de baixo para cima”, contando em sua conta fundação, basicamente, com o novo sindicalismo que e o originou, com alguns setores dos movimentos urbanos envolvidos

na militância na década de 70, com organizações de esquerda e com católicos progressistas.

Para além da origem diferenciada, o partido é destacado pela estreita ligação com suas organizações de base, e pela maior ênfase dada às lutas sociais em detrimento da luta eleitoral-parlamentar, em especial se comparado com os demais partidos. O enraizamento do PT seria distintivo dentro de um quadro onde os partidos seriam frágeis do ponto de vista organizacional. Embora reconheça as críticas realizadas à excessiva normatividade do modelo de partidos de massas de Duverger, Meneguello admite a validade de seu eixo principal quanto à influência da ideologia na determinação das características organizacionais do partido, e da adequação de suas proposições na análise de partidos de esquerda. Diante das singularidades, em termos de origem, organização e proposta política, a autora descreve o PT como

o primeiro partido de massas criado no Brasil: de origem externa, extra-parlamentar, de caráter societário; apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político; [...] Quanto à participação, o PT define-se, em certo sentido, pela idéia 'integralista' de partido: visa uma profunda integração com seus membros através de atividades políticas e tarefas de organização permanente, fora dos períodos eleitorais. Finalmente quanto à atividade política, o PT confere bem menos importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos, priorizando os laços com os movimentos sociais (Meneguello, 1989; 36).

Decorreria desta abordagem a percepção de que as eleições foram como um instrumento de organização. Meneguello observa que o desempenho eleitoral do PT no período de sua fundação esteve associado principalmente à organização das bases partidárias, e que além dos fatores estruturais – sobretudo o grau de industrialização das regiões – o voto petista se explicaria em grande parte pela presença de instâncias partidárias locais. Aqui o fator geográfico seria central para a propagação do fenômeno petista, tendo sido a região do ABC o centro organizacional a partir do qual o partido empregou esforços para ampliar sua base e crescer em direção ao interior do estado. A entrada do partido no interior de São Paulo, todavia, seria mais difícil, a exceção dos locais onde já havia alguma organização previamente estabelecida.

Segundo Keck (1991), em outro dos estudos pioneiros sobre o partido, o PT teria se constituído calcado na participação, inclusive pela necessidade de promover sua organização rapidamente para atender as exigências legais para legalizar o partido, onde os núcleos seriam a estrutura organizacional básica. A autora descreve que os primeiros diretórios teriam se formado com base em redes de contatos dos membros do PT, em um processo informal de mobilização de parentes, amigos e lideranças sindicais conhecidas – o que tornaria mais fácil para o partido penetrar em locais onde já havia alguma organização previamente estabelecida. Ou seja, o papel dos membros e militantes teria sido elemento essencial do desenvolvimento do partido, o que seria bastante distintivo em um quadro onde os partidos seriam frágeis do ponto de vista organizacional e carentes de enraizamento social.

Naturalmente, não tarda a constatação de que estas singularidades do partido seriam elas mesmas suas limitações. A ligação estreita com as bases, relacionada à definição de sua proposta ideológica, já em 1982 mostraria ter alcance limitado do ponto de vista do desempenho eleitoral, de modo que em 1986, de acordo com Meneguello, o partido repensaria sua estratégia eleitoral com vistas a ampliar sua capacidade representativa e expandir sua base social. Tal feito passaria, necessariamente, por postular-se em campanha como alternativa viável de governo.

Em análise atual Ribeiro (2008) leva a cabo, por assim dizer, este prenúncio de Meneguello. A tese do autor é que a dimensão de massa do PT é enfraquecida e que a evolução experimentada pelo partido ao longo de sua história poderia ser lida como um movimento de aproximação do Estado e de enfraquecimento dos vínculos com a sociedade civil. Para chegar à presidência o partido teria que ser “domesticado”, ampliando sua política de alianças e suavizando seu programa, opção que teria implicado penalizar a democracia interna ao passo que se oligarquizava a direção do partido. Curiosamente, um movimento de expansão conduzido pela direção do partido acompanharia isso, quando a questão organizativa passa a ser tratada como assunto estratégico, levando o PT a fincar raízes nas várias regiões antes desabitadas pelo partido. Ambas as estratégias se combinariam na configuração da nova base do PT, num processo de transformação de um partido de massa, baseado na militância, em um

partido profissional-eleitoral. A contrapartida seria que, o que o partido ganha em números com a expansão de sua base, perde em organicidade, participação e politização. Esta nova base seria “mais espalhada, popular, manobrável e disforme; menos concentrada, vanguardista, politizada e organizada” (2008: 267-8).

Neste mesmo sentido um volume considerável de estudos trata do tema da mudança das bases do partido, mais voltados para a questão eleitoral do que organizativa, diferentemente de Ribeiro. Hunter (2007), por exemplo, analisa a trajetória do PT tendo em vista sua evolução eleitoral e as implicações que a expansão trouxe para o partido, que até a década de 90 perseguira um programa de esquerda radical, concentrando-se mais na construção de uma organização forte do que na maximização de votos. A autora argumenta que a estratégia de diferenciação à esquerda do PT teria sido benéfica em um contexto de baixa institucionalização partidária, onde ainda era possível se postular como uma alternativa, de modo que o PT constrói uma imagem sólida e transmite com sucesso sua mensagem à população. Já ao final da década de 1990 o partido começaria a mudar sua estratégia buscando expandir seus votos para além do seu próprio eleitorado com vistas a vencer as eleições presidenciais. Todavia, a reorientação do partido seria antes, segundo a autora, uma adaptação aos incentivos externos, econômicos – com a estabilização econômica uma alternativa radical seria menos aceitável – e institucionais, sobretudo.

Hunter mobiliza duas linhas analíticas para interpretar esta mudança. De um lado, a perspectiva do institucionalismo histórico, enfatizando os aspectos de continuidade no desenvolvimento da instituição. De outro, mobiliza a perspectiva estratégica, de que a continuidade dependeria ela mesma da capacidade de adaptação da instituição. Para o PT isso significaria adaptar-se a um sistema fragmentado e fluído, de partidos clientelistas, sem base sólidas. Conquistar parte majoritária dos votos neste contexto teria levado o PT a recorrer a estratégias de tipo *catch-all*. O novo perfil do partido seria responsável pelos resultados de 2002, e o processo de “normalização”, conforme caracteriza Hunter, é aprofundado em 2006, garantindo sua reeleição.

As eleições de 2006 ensejam uma série de outros estudos onde a hipótese corrente levantada diz respeito à mudança de perfil do partido e ao deslocamento de

suas bases em decorrência, especificamente, dos programas de assistência social da gestão federal que rendem a Lula o voto dos grotões (Nicolau & Peixoto, 2007; Hunter & Power, 2007; Zucco, 2008). A noção de clientelismo, por sua vez, aparece para tratar do desempenho eleitoral de Lula nas eleições de 2006, e para descrever a transformação da base do partido, que teria perdido seus eleitores diferenciados em troca do voto daqueles mais pobres tidos tradicionalmente como mais conservadores – conquistados, além da política assistencialista, pelo personalismo de Lula, aventando-se inclusive que haveria o fenômeno do lulismo se sobrepondo ao petismo (Singer, 2010). Não seria, portanto, o apelo ideológico de um partido popular e classista, tampouco a investida da expansão organizacional, que teriam realizado a nacionalização do partido e trazido as massas para o PT.

A profissionalização do partido é lida então como um processo de degeneração no sentido de tornar-se de tipo *catch-all*, onde o PT cede aos incentivos negativos do arranjo institucional – e da política brasileira em geral – de enfraquecimento das organização partidária, e vai se tornando indistinto em relação às demais siglas. Em suma, se é no PT que a literatura enxerga algo mais próximo do modelo evolutivo desejável para os partidos políticos, descrito no partido de massas de Duverger, é também no PT que suas últimas expectativas se frustram quanto à possibilidade do partido estabelecer um contraponto de distinção em relação às demais organizações no sistema partidário brasileiro, como fica expresso em Hunter:

Unequivocal steps toward further normalization would deprive Brazil's party system of the many hopes raised by its once most promising political alternative (2007: 475).

Alguns contrapontos, entretanto, podem ser estabelecidos em relação a esta maneira de narrar a história do PT. Secco (2011), por exemplo, aponta que a trajetória do PT teria caminhado no sentido de aumentar sua influência eleitoral já desde o início da década de 90. Assumindo-se isso, caberia realizar uma descrição menos finalista em termos de ruptura do desenvolvimento do partido, para que sua trajetória seja tratada de maneira mais adequada para captar os esforços e as estratégias do partido que propiciaram seu crescimento eleitoral.

Ao tentar atribuir sentido e adjetivar a mudança do PT, a literatura parece, de maneira geral, ser antes categórica do que precisa ao deixar de fornecer descrições satisfatórias da evolução eleitoral do partido ao longo do tempo. Faltam, por exemplo, caracterizações mais acuradas do ponto de vista empírico do que se entende por base “original” do partido. Faltam, sobretudo, explicações sobre como o partido teria mobilizado eleitores ao longo do tempo, extravasando os limites desta base – movimento cujo ponto de inflexão talvez possa ser mais bem localizado em 2002, que é quando pela primeira vez o partido consegue despontar e vencer a disputa nacional. Se a nacionalização do PT data de antes de 2002, ela não pode, portanto, ser descrita como a chegada do partido aos grotões através de políticas assistencialistas. A explicação que recorre à suavização do programa e à moderação do discurso, de outro lado, parece se concentrar antes na justificação da mudança do que de compreensão das causas que efetivamente propiciaram a expansão do partido.

3. Análise das eleições gerais em São Paulo

Nas eleições que inauguraram a democracia atual, em 1989, a ordenação dos presidencialistas no maior distrito eleitoral do país se alterou em relação ao quadro geral, que teve Collor (PRN) em primeiro lugar, com 32,5% dos votos válidos, seguido de Lula (PT), Brizola (PDT), Covas (PSDB) e Maluf (PDS). Em São Paulo, Collor permanece em primeiro lugar, mas com vantagem muito menor em relação aos demais candidatos. A diferença em relação ao segundo colocado é de menos de um ponto percentual no estado. Além disso, se dependesse do eleitorado paulista, o segundo turno teria sido disputado não por Lula, mas sim por Paulo Maluf, candidatura eminentemente paulista, que colheu 65% do seu total de votos no estado. De outro lado fica claro que o apelo do brizolismo não teve entrada em São Paulo, já que o PDT ficou como terceiro colocado devendo menos de 2% de sua votação ao maior distrito eleitoral do país. Sobre o segundo turno, a eleição se faz menos competitiva no estado do que no país, já que a vantagem aberta pelo bloco da direita coloca Collor mais de dez pontos percentuais na frente de Lula em São Paulo.

No quadro abaixo temos os resultados das eleições para presidente a partir de 1994 em São Paulo, tomando como base para o cálculo percentual o comparecimento total no estado. Naturalmente, a oferta de candidatos nesta eleição já difere da inaugural, onde todos os partidos apostam em seu principal nome para concorrer. O fracasso do governo Collor coloca em evidência a possibilidade de Lula, seu adversário no segundo turno anterior, ganhar a presidência em 1994. No entanto, o sucesso do Plano Real impulsiona a candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e o PSDB se mostra como a possibilidade da direita (notadamente o PFL) impedir a vitória do PT. Como afirma Singer (2002: 92) “a hipótese de que o candidato de esquerda vencesse já no primeiro turno provocou temor em setores conservadores, que decidiram, por assim dizer, ‘antecipar’ o segundo turno na forma de uma unificação em torno de Fernando Henrique Cardoso já no primeiro turno”. Maluf, segundo candidato à presidência mais votado em São Paulo, já não concorre mais a partir deste ano. Resultado disso é um desenho bipartidário já em 1994 das eleições presidenciais, em consonância com a previsão duvergeriana sobre as eleições majoritárias e à revelia das previsões de Lamounier àquela época, de que o plebiscitarismo crônico do pleito presidencial redundaria na eleição de candidatos *outsiders*, como havia ocorrido em 1989.

Dado este novo cenário, a distribuição de votos entre os principais candidatos em São Paulo, de maneira geral, acompanha a distribuição nacional. Fernando Henrique Cardoso vai sensivelmente melhor em São Paulo, com três pontos percentuais a mais. Já o desempenho parcial de Lula no estado é quase o mesmo do nacional, com menos de um ponto de diferença.

Na eleição subsequente, a vantagem relativa do PSDB no estado aumenta, em contraste com o desempenho nacional. São 43% dos votos sobre o total do comparecimento no país (contra 44% em 1994), e 50% dos votos em São Paulo em 1998. Lula, de outro lado, melhora seu desempenho nacional em quatro pontos percentuais, enquanto no estado melhora sua votação em pouco mais de um ponto. Em grossas linhas, o desgaste da incumbência parece ter sido um pouco menor entre o eleitorado paulista, cuja contrapartida teria sido o crescimento menos significativo da oposição.

Tabela 1. Eleições para presidência no estado de São Paulo (% comparecimento)

		1º turno	2º turno
	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB)	47,1%	
1994	LUIZ INACIO LULA DA SILVA (PT)	22,8%	
	ENEAS CARNEIRO (PRONA)	7,5%	
	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB)	50,0%	
1998	LUIZ INACIO LULA DA SILVA (PT)	24,1%	
	CIRO GOMES (PPS)	6,2%	
	LUIZ INACIO LULA DA SILVA (PT)	42,2%	52,4%
2002	JOSÉ SERRA (PSDB)	26,1%	42,2%
	ANTHONY GAROTINHO (PSB)	12,9%	
	GERALDO ALCKMIN (PSDB)	50,2%	49,9%
2006	LUIZ INACIO LULA DA SILVA (PT)	34,0%	45,5%
	HELOÍSA HELENA (PSOL)	6,6%	
	JOSÉ SERRA (PSDB)	37,6%	50,3%
2010	DILMA ROUSSEF (PT)	34,5%	42,7%
	MARINA SILVA (PV)	19,2%	

As eleições de 2002 foram um grande evento na história eleitoral do Brasil. Jairo Nicolau pontua alguns aspectos disso, que foram destacados em diversas análises. O primeiro deles é ter sido a primeira vitória do principal partido de esquerda do país nas disputas para presidência, vitória esta onde a margem de vantagem no segundo turno foi a maior em relação a qualquer outro presidente no Brasil desde 1945 (mais de 20% dos votos válidos). Haveria ainda uma dimensão simbólica, dada pela própria trajetória pessoal de Lula (Nicolau, 2007).

Também em São Paulo a eleição de 2002 pareceu atípica dentro do conjunto de pleitos presidenciais. Lula cresce quinze pontos nacionalmente, o que o leva ao segundo turno para disputar com José Serra. O crescimento em São Paulo é ainda mais acentuado, sendo de quase vinte pontos percentuais em relação a 1998.

Já na eleição de 2006 o eleitorado paulista volta a se diferenciar do eleitorado nacional. Enquanto o PT é reeleito à presidência, sua votação no estado cai mais de dez pontos. A depender dos paulistas, nesta eleição o PSDB novamente conquistaria a

presidência já no primeiro turno. Todavia, nacionalmente o também PSDB alavanca seu resultado em relação a 2002, ainda que não tão pronunciadamente como em São Paulo.

Na última corrida, em 2010, a sucessora de Lula mantém o desempenho do PT tanto nacionalmente como do estado, permitindo que o partido se mantenha na presidência. Com uma terceira força concorrendo com um pouco mais de peso do que nas eleições anteriores, o PSDB perde um pouco do fôlego que havia sido retomado em 2006, em ambos os níveis da competição.

Essa narrativa também foi contada por Limongi e Cortez (2010), tendo como principal elemento explicativo o conceito de coordenação pré-eleitoral. Conforme ressaltamos, se em 1989 despontam inúmeras siglas, com 21 candidaturas concorrendo à presidência, já nas eleições seguintes esta fragmentação deixa de ser traço predominante e o cenário passa a ser ocupado, basicamente, pelo PT e pelo PSDB. A estratégia deste primeiro de ampliar em 1994 a coligação que havia sido editada na eleição anterior teria sido positiva, de modo que em 1998 a ampliação continuaria com a adesão do PDT de Brizola à candidatura petista. O PSDB, de outro lado, teria vencido a eleição de 1994 já alavancado pela aliança com o PFL-DEM. Segundo os autores, o sucesso do Plano Real não teria sido suficiente para garantir uma candidatura solo do partido, sobretudo pelos limites de sua penetração no Nordeste. Assim como o PT, o partido busca ampliar sua coligação em 1998 com a incorporação o PPB.

Segundo os autores, a chegada do PT no poder em 2002 seria fruto, de um lado, da estratégia de alianças do partido que estava lançada já desde 1994. De outro lado, a desarticulação da aliança entre PSDB e PFL teria sido fatal para os tucanos. Assim, no que tange à disputa presidencial, o sistema partidário brasileiro teria tornando-se bipartidário, e as coligações teriam passado a ser regra, dados os altos custos de entrada para os partidos participarem das disputas pela presidência.

A mesma tendência de simplificação das disputas é vista por Limongi e Cortez nas eleições para os governos estaduais, onde a formação de dois blocos organizados em torno do PT e do PSDB refletiriam a clivagem nacional, incorporando as vicissitudes regionais através das alianças, cujo papel seria central em integrar a dinâmica das duas esferas – estadual e federal – e nacionalizar as disputas. O estado de São Paulo seria

exemplo disso, posto que nos últimos anos o quadro partidário se estabilizou em torno dos dois partidos, muito em razão da crise eleitoral do partido de Maluf, figura histórica da política paulista. Teríamos então que a coordenação², enquanto articulação dos blocos políticos para definir a oferta de candidaturas ao eleitorado, explicaria o cenário partidário.

Concordo parcialmente com esta abordagem. Ainda que o conceito de coordenação explique o processo de concentração das disputas, ele não tem alcance para tratar da dinâmica de competição entre as forças que restam. Ele não explica, por exemplo, o porquê do PT permanecer tendo particular dificuldade em disputar o governo de São Paulo. O partido sempre enfrentou particular dificuldade em romper a hegemonia do PSDB em São Paulo, mesmo no ano em que supera o partido para presidente entre o eleitorado paulista – quando consegue ao menos disputar o único segundo turno para executivo estadual em São Paulo.

As eleições presidenciais, de fato, são centrais para os partidos e para os eleitores por definirem em grande parte a distribuição de poder político e por organizarem as demais disputas em torno das estratégias de coordenação, conforme pontuam Limongi e Cortez. Por isso mesmo iniciamos estas descrições, com o intuito de traçar um panorama geral da dinâmica eleitoral dos principais partidos, cotejando os resultados de São Paulo, objeto deste trabalho, com os resultados nacionais do partido. Mas se o elemento da coordenação é de bastante relevância para compreender os resultados em disputas majoritárias, sobretudo em grandes distritos, restam ainda outros fatores para explorar quanto à dinâmica eleitoral dos partidos. Argumenta-se aqui que há algo para além do componente endógeno das disputas que não permite descartar a noção de que os partidos interagem também em relação a uma base social espalhada no território.

² O conceito de coordenação pré-eleitoral empregado pelos autores tem por base a formulação de Gary Cox (1997, 1999), segundo a qual a organização dos partidos está relacionada à combinação de três variáveis: instituições eleitorais, motivações políticas dos atores e expectativas públicas. Estes fatores determinariam as estratégias, tanto da elite política quanto do eleitorado, partindo do pressuposto teórico de que estes atores são orientados por uma racionalidade instrumental, de modo que os primeiros buscam lançar candidatos que sejam percebidos como competitivos para não desperdiçar votos. Assim, a competição eleitoral iniciaria já antes das eleições propriamente ditas, quando os partidos definem as alternativas entre as quais os eleitores irão decidir, em um cálculo que envolve não só o número de candidaturas, mas também seus perfis.

As especificidades do arranjo federativo, por exemplo, já haviam sido enfatizadas por Lima Júnior (1983), que sublinhou a existência de subsistemas partidários distintos tendo como unidade os estados, dada as diferenças locais. O quadro partidário para o Legislativo, diferentemente das eleições majoritárias, é fragmentado. O método proporcional com lista aberta em distritos altamente competitivos, naturalmente, imprime uma lógica diversa a este pleito. Nas eleições para a Câmara dos Deputados o mecanismo do voto útil não opera com tal força e os candidatos não contam com a campanha de TV centralizada como os presidenciáveis ou mesmo como os candidatos a governador. Já nessa esfera começa a ficar mais clara a necessidade dos partidos empregarem esforços para alcançar o eleitorado, e como essa empreitada não ocorre de maneira homogênea em todo o território e para todos os cargos.

A fragmentação do sistema partidário brasileiro foi preocupação de muitos autores, que enxergavam na articulação entre os diferentes níveis federativos um indicador de consolidação do sistema político. A obra de Lavareda é pioneira neste sentido, tendo como continuação mais recente o trabalho de Piquet e Tavares (2008), que enfatiza a importância das bases locais na organização nacional dos partidos e a capacidade destes atores de estabelecer conexões por dentro da estrutura partidária, ligando a política local àquela que ocorre nos demais âmbitos de atuação dos partidos. O voto casado entre diferentes pleitos seria então indício de um voto partidário e, conseqüentemente, de vertebração do sistema de partidos.

Tabela 2. Eleições para Deputado Federal em São Paulo (votos nominais e de legenda sobre o comparecimento)

	PT	PSDB
1994	12,0%	12,1%
1998	15,4%	16,0%
2002	22,9%	16,2%
2006	16,4%	19,1%
2010	16,3%	16,5%

Acima temos o desempenho do PT e do PSDB para deputado federal em São Paulo. As porcentagens são calculadas levando em conta o total de votos do partido, dado pela soma dos votos nominais e os votos de legenda, sobre o comparecimento

total no estado. Conforme frisamos, não se espera que a distribuição dos votos seja a mesma nos dois pleitos dada a diferente natureza das disputas. O teto de votação para a Câmara não ultrapassa os 25% para nenhum dos principais partidos em nenhum dos anos em análise. Todavia, em São Paulo, são também PT e PSDB a ocupar o maior número de cadeiras na bancada paulista na Câmara dos Deputados nas quatro últimas eleições. Observa-se que o PT alcança o maior número de votos já alcançados neste pleito na eleição de 2002 (4,9 milhões de votos), e perde parte desses votos na eleição subsequente, o que corresponde à tendência do pleito presidencial.

Até agora observou-se apenas tendências gerais das votações. Elas não informam algo sobre o comportamento do eleitor propriamente dito, dado o alto nível de agregação e problema de falácia ecológica decorrente disso. Todavia, a leitura conjunta desses dados em cruzamento com outras variáveis exógenas, tendo em vista formulações teóricas da literatura, permite enriquecê-los de sentido e aprofundar sua interpretação.

Com este intuito, em um primeiro exercício utilizou-se a informação sobre o grau de instrução do eleitorado. Esta variável é empregada no sentido de suas conotações socioeconômicas, e não no sentido de relacionar a cognição ou nível de conhecimento às escolhas políticas. Entende-se aqui que as categorias mais baixas quanto ao acesso à educação formal nos remetem aos estratos mais pobres da população, assim como as categorias de maior instrução contêm os eleitores dos estratos mais ricos. A informação é fornecida pelo cadastro de eleitores do TSE, a partir da qual foram elaboradas cinco categorias:

Categoria 1. Analfabeto + Lê e escreve

Categoria 2. Ensino Fundamental Incompleto

Categoria 3. Ensino Fundamental Completo

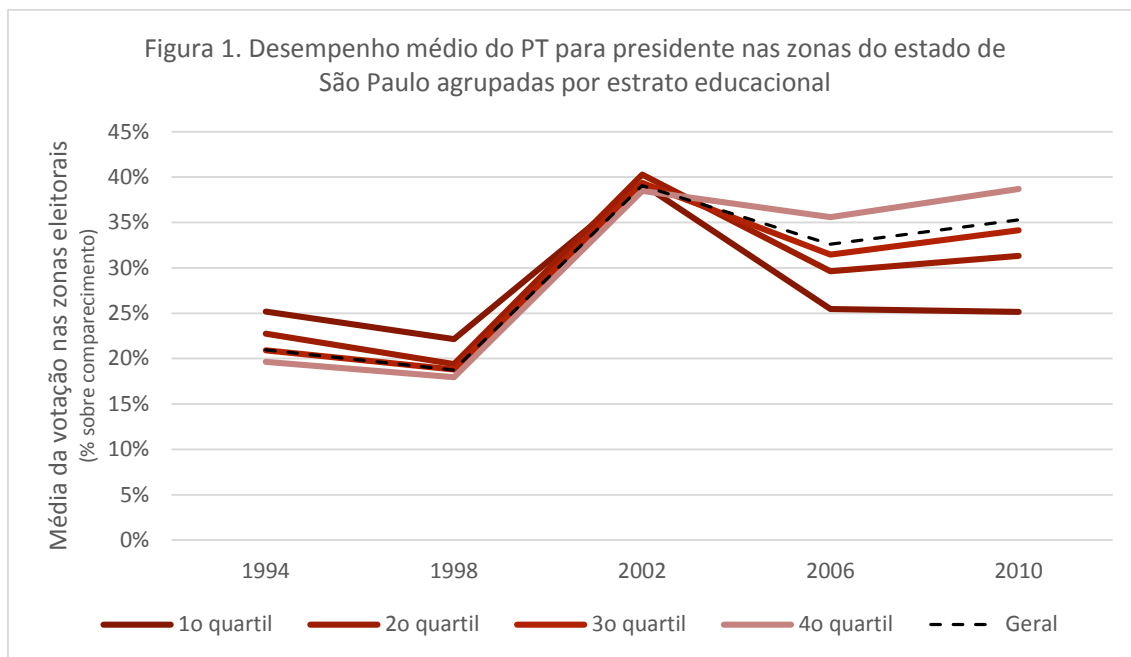
Categoria 4. Ensino Médio Incompleto

Categoria 5. Ensino Médio Completo + Ensino Superior Incompleto + Ensino Superior Completo

A redefinição das categorias visa a contornar um problema com a utilização dos dados do cadastro. As informações do grau de instrução são atualizadas somente quando os eleitores mudam de domicílio eleitoral, e, assim, renovam seu título de eleitor. Nos demais casos a informação que consta corresponde ao momento em que se tira o título de eleitor – via de regra, aos 18 anos. A partir desta idade, é possível que os indivíduos de ensino médio completo ainda se desloquem para os graus de instrução superior. O grupo 5 busca então reunir aqueles que alcançam os graus de instrução mais altos, aceitando que possa haver movimentação entre as três categorias contidas. Quanto a agrupar os analfabetos e os indivíduos que somente leem e escrevem sob uma mesma categoria, o critério foi de que nenhuma destas compreendem casos de ingresso no ensino formal.

Ainda que haja o problema de “desatualização” do cadastro, assume-se que os casos daqueles que chegaram à idade de tirar o título de eleitor sem concluir o ensino básico, e que prosseguiram nos estudos mais tarde (através de supletivo, por exemplo), são casos marginais, e que, ainda assim, nos colocariam diante de um perfil mais característicos dos estratos sociais mais baixos. É importante ressaltar, mais uma vez, que aqui não estamos trabalhando com o significado substantivo dessas categorias, mas sim criando uma medida que nos permite comparar clivagens quanto ao acesso ao ensino formal. Assim, para cada zona calculou-se o percentual de indivíduos no grupo 5 em relação ao total do eleitorado registrado, o que nos fornece a taxa de indivíduos instruídos dentro da zona. Definiram-se então quartis de instrução, das zonas com a maior para as de menor taxa de indivíduos com escolaridade mais alta.

Abaixo apresentam-se as votações médias do PT para presidente e deputado federal dentro de um cada um destes estratos educacionais.

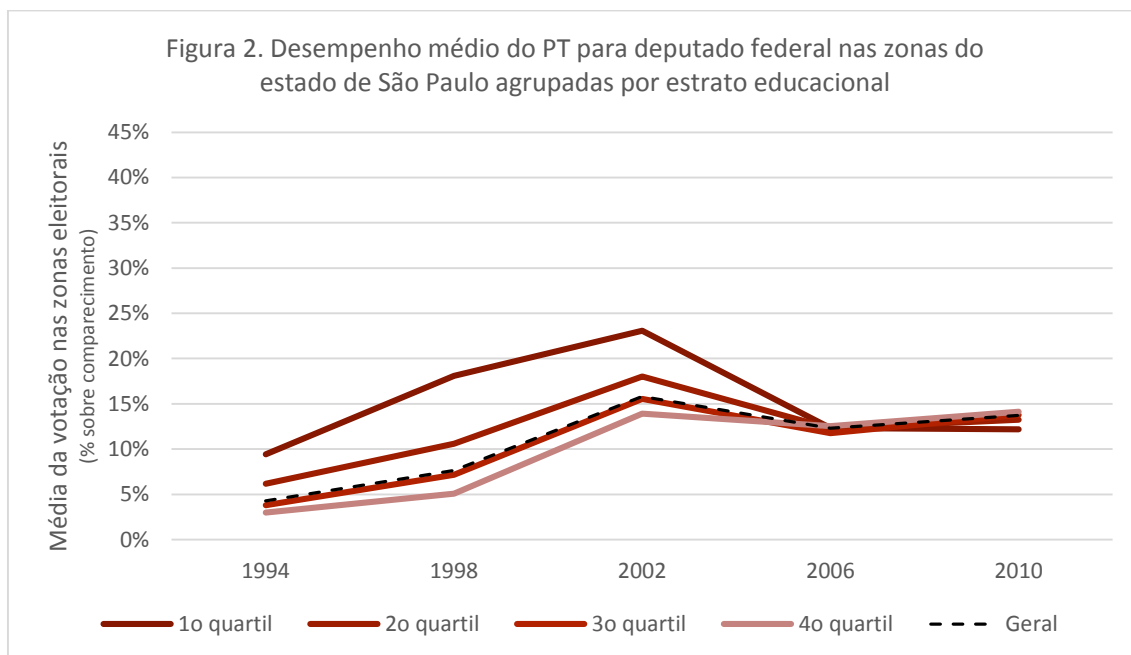


Em 1994, os 22,8% votos que o PT alcança para presidente se distribuem de modo relativamente equilibrado entre os quatro quartis. A média no estrato das zonas com menor taxa de escolaridade alta é de 20%, e aumenta linearmente entre os estratos até chegar a 25% no estrato com maior taxa de escolaridade. Em 1998 a distribuição entre os estratos não se altera significativamente, variando de maneira quase linear. Em 2002 o salto se dá mediante crescimento em todos os estratos, cujas médias passam a variarem entre breve intervalo de 38% a 40% das preferências. Em termos da variação interna a cada estrato, o maior crescimento se dá entre as zonas de menor escolaridade, onde o PT eleva sua média em dez pontos percentuais. Na eleição seguinte os estratos voltam a se diferenciar, de maneira mais acentuada do que anteriormente. No quartil de maior escolaridade o partido retorna aos patamares iniciais de desempenho (mais precisamente, 25%, o mesmo desempenho de 1994 neste estrato). Há alguma perda nos estratos intermediários, e uma perda mínima nas zonas menos escolarizadas. É neste segmento do eleitorado que o PT retém mais do seu desempenho excepcional de 2002. Em 2010, por fim, não há quase mudança na média dos estratos mais escolarizados, e um pequeno acréscimo na média dos menos.

Já foi mencionado que há um considerável conjunto de estudos tratando do tema da mudança das bases do PT nas eleições presidenciais. Análises como a de Nicolau e Peixoto (2007) visualizaram um melhor desempenho do PT em 2002 nos municípios

em melhores condições socioeconômicas. Embora ponderem que Lula tenha obtido votações médias superiores em todos os estratos de municípios, salientam que seus resultados tenderiam a ser mais expressivos nos municípios maiores. Inversamente, em 2006 o bom desempenho de Lula passaria a estar negativamente associado ao desenvolvimento social dos municípios. No mesmo sentido Zucco (2008) descreve esta mudança como um deslocamento dramático da base eleitoral de Lula das regiões mais desenvolvidas do país para as áreas mais pobres.

Em ambas as análises a ênfase recai na variação entre 2002 e 2006. De fato, após o primeiro mandato, é entre as zonas de piores condições em termos de escolarização que Lula conserva mais do desempenho atingido em 2002. Todavia, é nesta eleição que sua votação parece mais desviante, pois é quando o partido decola para conquistar a presidência. Se compararmos os resultados de 2006 com o desempenho pregresso do partido, vemos que mesmo entre os mais escolarizados o partido não regride a votação que alcançara tanto em 1998 como em 1994. De outro lado, no o estrato menos escolarizado, o desempenho de Lula em 2006 não supera o de 2002, o que parece bastante relevante face o argumento de que o Bolsa Família teria sido crucial para angariar o apoio do eleitorado mais pobre.



O gráfico acima desmembra as votações para deputado federal do PT em São Paulo, segundo o mesmo procedimento anterior feito para a presidência. Conforme já

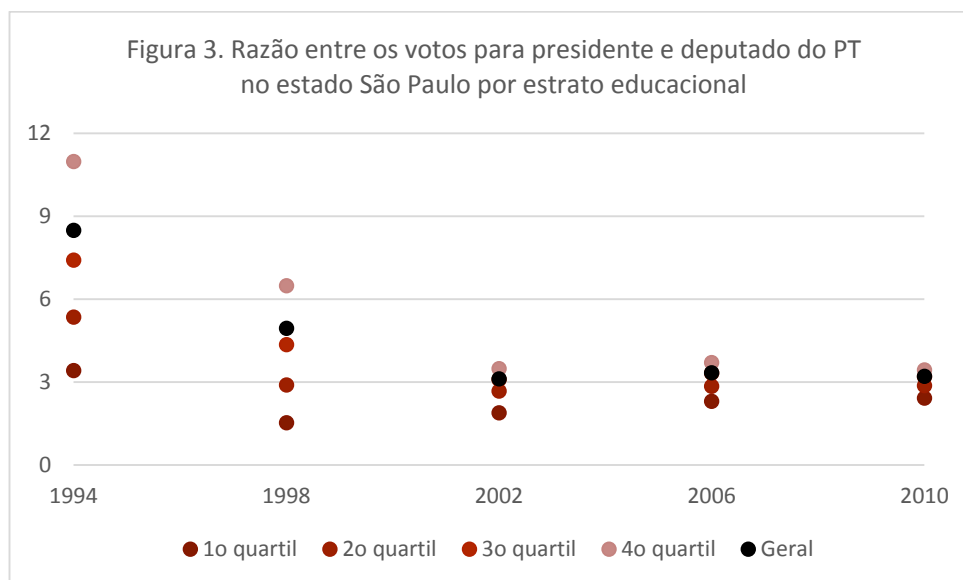
destacamos, não se espera os mesmos patamares das votações majoritárias, dada a natureza diversa da disputa. Em 1994 o padrão é semelhante ao presidencial em termos de distribuição entre os quartis. Entre os menos instruídos, a presença do PT é bastante fraca, melhorando progressivamente conforme se torna mais instruído e estrato. Em 1998 o partido melhora seu desempenho em todos os estratos, notadamente entre o eleitorado mais escolarizado, onde quase dobra a média de seu desempenho em relação à eleição anterior. Na eleição de vitória presidencial, novamente, o partido aumenta sua média em todos os quartis de educação. Todavia, diferentemente de 1998, esta melhora se pronuncia sobretudo entre o eleitorado menos escolarizado (a média no quarto quartil quase triplica em relação à eleição anterior).

Ou seja, o sucesso de Lula já em 2002 foi acompanhado por maior adesão do eleitorado onde o partido iniciara com o pior desempenho. Esta média será conservada nas eleições seguintes. Comparativamente, em 2006 a média do partido cai entre os mais escolarizados e o PT alcança suas melhores médias em todos os estratos, de modo que partido equipara seu desempenho em todos eles— o que se mantém na eleição seguinte.

Hunter (2007) segue na linha do argumento supracitado de que teria ocorrido uma mudança no perfil do PT, cuja principal razão seria a política de assistência social da gestão federal rendendo a Lula o voto dos grotões e transformando a base do partido. Por extensão, o sucesso de Lula teria se sobreposto ao petismo, de modo que o desempenho para presidência teria se deslocado do desempenho nas eleições legislativas.

No intuito explorar esta hipótese, calculou-se a razão entre o desempenho para presidente e deputado federal. O gráfico abaixo deve ser lido em conjunto com os anteriores. A unidade permanece sendo a mesma, dividiu-se o total de votos para presidente pelo total de votos para deputado federal em cada uma das zonas que, por sua vez, foram agrupadas segundo o critério anterior e construída a média dos valores. Vemos que, em 1994, nas zonas de escolaridade mais baixa, a média foi maior, ou seja, foram muito mais votos para presidente do que para a Câmara no PT. Entre as zonas de maior instrução, a razão diminui, indicando que o estes votos estiveram mais casados.

Na eleição de 1998 a média das razões diminui pela metade em todos os estratos, o que está de acordo com o que ocorre no agregado, já que o partido conserva seu desempenho na corrida para a presidência e melhora seu desempenho para deputado federal. Em 2002 as médias dos quartis se aproximam sobremaneira. No estrato menos escolarizadas a razão diminui, refletindo o crescimento que o partido teve para deputado federal nessas zonas. Nas eleições seguintes há pouca mudança.



Evidentemente, esta é uma medida pouco sofisticada que não permite realizar inferências do ponto de vista do comportamento individual dos eleitores. De todo modo, ela fornece a tendência da relação entre os votos de presidente e governador ao longo do tempo, sobretudo se cotejada com a trajetória descrita acima. O PT inicia em 1994 com baixo desempenho para deputado federal, sobretudo no estrato menos escolarizados. Conforme o partido conquista voto nas zonas menos escolarizadas, a razão entre com o desempenho para presidência diminui. Entre os mais escolarizados a razão mantém-se equilibrada ao longo de toda a série.

Uma série de movimentos podem ser destacados no que foi apresentado até agora. Em geral, conforme reforçamos, a literatura tende a debruçar sobre as mudanças que ocorreram entre 2002 e 2006 no eleitorado que apoiou o PT. A ideia de transformação da base eleitoral, entretanto, não parece apropriada para descrever o

movimento do partido em perspectiva mais ampla, justamente por tomar como base a variação entre duas eleições para apontar para o deslocamento do apoio ao partido e a mudança radical da composição dos votos do PT. Antes disso, pelo que demonstrado, parece mais apropriado falar em uma evolução eleitoral do partido, cuja chegada à presidência foi marcada pela incorporação progressiva de parcelas do eleitorado menos favorecido onde o partido tinha mais dificuldade de penetrar, como mostram os dados para deputado federal.

Para compreender como isso se deu, argumenta-se que a tese da normalização do discurso do partido não é suficiente para tratar do crescimento eleitoral do partido. De outro lado, a coordenação desvela um dos aspectos da competição eleitoral, mas deixa a desejar na compreensão da estratégia mais abrangente de crescimento dos partidos. Nesse sentido, olhar para o comportamento do partido nas demais esferas de disputa parece crucial.

4. Aspecto organizacional na composição da lista

A constatação de que o PT tenha se transformado em relação a uma série de aspectos não descarta que o partido tenha buscado se organizar ao longo do tempo. Dado o diagnóstico mais geral de que os partidos careceriam de estrutura organizacional³ sólida, uma significativa parte das considerações sobre os partidos brasileiros acabou reduzindo a importância deste aspecto enquanto variável explicativa, considerando-a como fator de segunda ordem na análise dos fenômenos eleitorais (Braga et al., 2012). Notadamente, com relação ao PT, a dimensão organizativa foi um

³ A obra de referência para tratar dos partidos a partir da perspectiva organizacional é de Panebianco (2005). As escolhas iniciais influenciariam não somente a montagem organizativa dos partidos, mas também o modo como estes se relacionam com o ambiente externo. Com efeito, o modo como o partido se insere na competição por votos sofreria também influência desses primeiros passos de estruturação, e compreender a atuação de um partido no ambiente eleitoral requereria um estudo de suas dinâmicas organizacionais. Panebianco rejeita a ideia de determinismo, todavia. O desenvolvimento dos partidos dependeria, além do seu modelo originário e das peculiaridades de seu processo de institucionalização, dos tipos de pressões que sofre dos ambientes onde atua e a maneira como essas pressões afetam as relações de poder intrapartidárias, cruciais para identificar como se deu o processo de desenvolvimento da estrutura organizacional de um partido político. Ou seja, este quadro analítico possibilita incorporar a dimensão organizacional, assumindo ainda que os partidos respondem ao ambiente externo.

pouco ofuscada frente o diagnóstico de que as instâncias de base teriam se esvaziado enquanto lócus da vida orgânica partidária, tornando-se ferramentas meramente eleitorais.

Trabalhos como o de Amaral (2011), todavia, apontam que o PT, ao assumir o governo, não teria deixado de ser permeável à participação da sociedade civil e à expansão de seus filiados, tendo sido capaz de estender sua cobertura territorial a todo o país quando próximo do governo. Amaral aponta ainda para os benefícios associados à expansão da base partidária, como a disposição de mão de obra voluntária para realizar tarefas importantes, especialmente nos períodos de campanha eleitoral. Ademais, contar com maior capital humano facilitaria ao partido selecionar candidaturas para disputar os cargos eletivos locais.

Estes benefícios coincidem com o argumento de Frenreis et al. (1990), quanto à organização local ser responsáveis por promover atividades eleitoralmente relevantes, sobretudo no que diz respeito ao recrutamento de candidaturas. Tendo como foco o caso dos Estados Unidos, os autores acusam um paradoxo na literatura sobre partidos políticos: como combinar o diagnóstico de que os partidos estariam declinando em importância no contexto das eleições com a evidência de que eles estariam tornando-se cada mais complexamente organizados? Nesse ensejo, buscam contribuir com essa lacuna argumentando pela importância da organização para os objetivos mais gerais do partido, quais sejam, disputar eleições e conquistar cargos.

O comportamento da organização, segundo eles, vai resultar de uma conjunção entre recursos da organização (capital físico e humano) e constrangimentos e/ou oportunidades do ambiente institucional. Frenreis et al. ainda sublinham o papel central das instâncias partidárias locais em promover uma série de atividades eleitoralmente relevantes, incluindo recrutamento de candidaturas e as atividades de campanha. A organização partidária seria responsável pelo suporte institucional e, sobretudo, por fazer o partido chegar nos eleitores. Seu papel no desempenho eleitoral dos partidos, portanto, não seria nada desprezível.

Keck apontara que já em 1982 se colocou como questão central para o PT concorrer para consolidar a organização do partido, já que o partido tinha metas ambiciosas de recrutamento e criação de diretórios, pretendendo estar presente em até 40% dos municípios brasileiros, e que estes englobassem no mínimo 70% do eleitorado nacional. Apresentar candidaturas para disseminar o programa do partido, incrementar sua organização e envolver novos membros é central, por isso o partido lança candidatos exaustivamente, mesmo quando sem chance de sucesso. Menguello (2012) em trabalho mais recente destaca como a oferta de candidatos é ferramenta para compreender a consolidação das estruturas partidárias, sobretudo no caso do PT, cujo processo de seleção de candidatos seria um dos mais excludentes do conjunto dos partidos. O partido estabelece critérios aos filiados que desejam se candidatar, definidos a partir do envolvimento prévio no partido, como a filiação de um ano, a contribuição financeira e a adesão formal ao “Compromisso Partidário do Candidato Petista”, documento criado pelo Diretório Nacional do PT, que forneceria um bom exemplo do controle dos dirigentes petistas sobre as candidaturas e suas respectivas campanhas eleitorais, inclusive depois de eleitos.

No mesmo sentido, Braga (2008) atenta para o grau de controle que as lideranças partidárias exercem sobre a manutenção da estrutura organizacional do partido, argumentando que não é evidente que os atores políticos privilegiem sempre “construir sua reputação pessoal em detrimento de uma ação coletiva que propicia a sobrevivência da organização” (p.458). A autora parte da proposição que quanto maior o controle dos dirigentes partidários sobre os processos decisórios do partido, mais fortalecidas serão estas organizações. Assim, a centralização do processo de seleção de candidaturas e o controle das lideranças sobre recursos vitais para a estabilidade organizativa seriam essenciais para os partidos. Analisando o processo de composição das listas partidárias em São Paulo, Braga destaca o PT como sendo o partido cujos requisitos para se candidatar são os mais exclusivos.

O esforço de Braga é um dos poucos nesse sentido, dado que a literatura não dispensa a devida atenção ao tratamento que os partidos dão às disputas proporcionais, notadamente o legislativo federal, embora as características destas eleições sejam constantemente evocadas nos diagnósticos sobre o sistema partidário brasileiro. O

“lugar comum” das críticas ao arranjo institucional destas disputas sempre repousou, principalmente, na hipótese de que a lista aberta, ao aumentar a influência dos eleitores na seleção de candidatos, diminuiria o controle das lideranças partidárias sobre esse processo de indicação. Porém, pode-se dividir os incentivos criados pelo sistema de lista aberta em duas linhas distintas. Se os candidatos, por um lado disputam entre si um lugar de destaque na lista de seu próprio partido, o que os incentiva à disputa interna, por outro, um candidato sozinho dificilmente alcança votos em número suficiente para se eleger, e por isso depende de que os demais aumentem o total de votos recebidos pela lista para que tenha condições de se eleger. Há, portanto, incentivos para que os partidos coordenem a disputa internamente e estabeleçam estratégias para maximizar o resultado alcançado, selecionando nomes que busquem aumentar sua abrangência regional, alcançando maior número de eleitores e assim expandindo sua participação no Congresso Nacional.

Assumindo que a formação da lista de candidatos pode então ser um importante instrumento dos partidos e, conforme em Braga, que o juízo sobre a falta de controle por parte das lideranças partidárias precisa ser atenuado, já que cabe a estes propor as listas submetidas na eleição, explorou-se como o PT se comportou no que diz respeito à composição da lista. A tabela abaixo informe quais os demais cargos foram disputados pelos candidatos a deputado federal do PT em São Paulo, tanto nas eleições gerais (T-1), como nas eleições municipais (T-1/2) anteriores ao ano em questão. Temos então quais dos deputados federais, eleitos e não eleitos, não haviam concorrido na eleição anterior ao mesmo cargo (ingressantes), e quais haviam, tendo sido eleitos ou não (deputados federais e suplentes, respectivamente). Ademais, apresentam-se informações quando aos demais cargos eletivos, com destaque para os casos onde os candidatos concorrem aos pleitos municipais na eleição anterior, considerando todos os municípios do estado.

Tabela 3. Histórico de disputa dos candidatos do PT a Deputado Federal em São Paulo

	Deputado Federal			Outras candidaturas					
	Situação em T-1	eleito	suplente	Total	dep. estadual T-1	governador T-1	senador T-1	prefeito T-(1/2)	verador T-(1/2)
1998	ingressante	7	26	33	5	1	-	2	16
	deputado federal	7	2	9	-	-	-	2	1
	suplente	-	3	3	-	-	-	1	1
	TOTAL	14	31	45	5	1	-	5	18
2002	ingressante	5	35	40	3	-	1	3	20
	deputado federal	8	1	9	-	-	-	2	2
	suplente	5	6	11	-	-	-	2	3
	TOTAL	18	42	60	3	-	1	7	25
2006	ingressante	7	33	40	5	1	-	3	13
	deputado federal	7	8	15	-	-	-	1	-
	suplente	-	5	5	-	-	-	3	2
	TOTAL	14	46	60	5	1	-	7	15
2010	ingressante	4	36	60	11	-	1	5	12
	deputado federal	11	1	12	-	-	-	-	-
	suplente	-	7	7	-	-	-	-	4
	TOTAL	15	44	59	11	-	1	5	16

Em 1994, a lista do PT em São Paulo conta com 48 nomes, dos quais 14 são eleitos – entre eles figuras de destaque no partido, como Marta Suplicy, Luiz Gushiken, José Genoíno e João Paulo Cunha. Praticamente todos os candidatos são filiados desde o registro oficial do partido. Entre os eleitos, há quatro que em 1996 vão concorrer a prefeito, como é o caso de Celso Daniel. Além destes, outros 16, que não se elegem em 1994, vão concorrer no nível local em 1996, tanto para prefeito como vereador. Dos 48 candidatos, 12 se recandidatam a deputado federal na eleição seguinte, com sucesso na maioria dos casos. Há ainda daqueles que permanecem na política assumindo cargos não eletivos, ou mesmo atuando no movimento sindical. Ou seja, poucos são os casos onde não há resquícios de vida política posterior.

A lista de 1998 é composta de 45 nomes, e o PT mantém o tamanho de sua bancada, sendo metade dos candidatos reeleitos de 1994. Dos 33 novos nomes, 6 haviam se candidatado em 1994 a outros cargos (José Dirceu ao governo estadual, e os demais como deputado estadual). Metade dos ingressantes haviam competido também no nível local em 1996. Praticamente todos os eleitos seguem concorrendo a deputado federal nos anos seguintes, incluindo outros não eleitos, além daqueles que irão

concorrer no nível local – a exemplo de Palocci, que vai assumir a prefeitura de Ribeirão Preto.

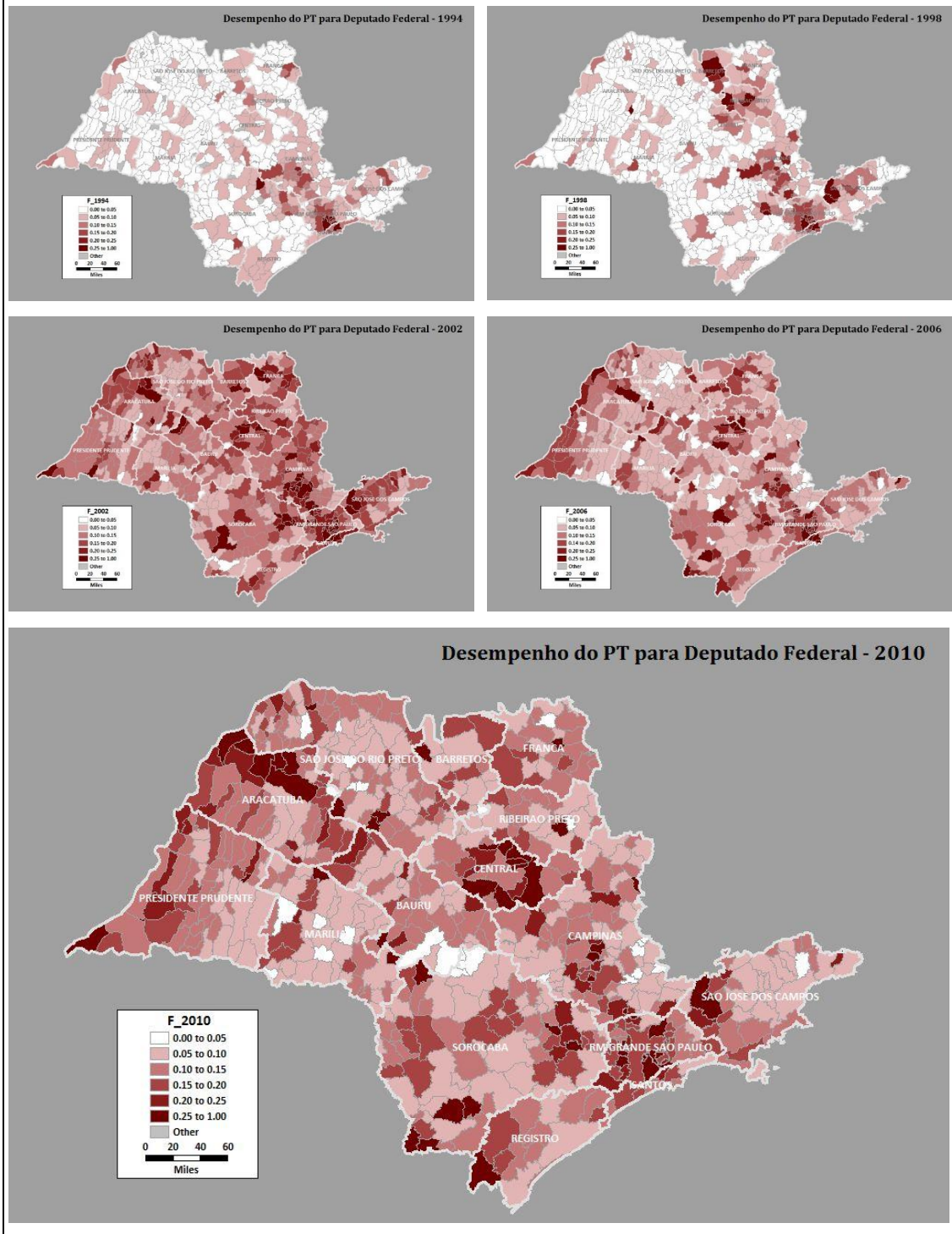
Na eleição de 2002 o partido aumenta a oferta de candidaturas, lançando 60 nomes, fazendo crescer também sua bancada. Um terço havia disputado já na eleição anterior, enquanto os demais estão concorrendo pela primeira vez como deputado federal. Mais da metade destes ingressantes são candidaturas progressas de 2000. Ou seja, são incorporados nomes do nível local para preencher a lista do partido. Quanto ao saldo disso, oito candidatos da legislatura anterior são reeleitos, cinco que haviam disputado sem sucesso em 1998 logram em 2002, e outros cinco ingressantes na lista conquistam uma cadeira (sendo que três deles foram candidatos a vereador em 2000).

Praticamente todos que se elegem em 2002 mantêm sua candidatura em 2006, quando o PT lança novamente 60 candidatos, mas com menos sucesso do que em 2002. O partido dessa vez tem sua bancada reduzida ao “tamanho original”, elegendo 14 deputados. Dos 15 candidatos à reeleição, metade conserva sua cadeira. Genoíno e Palocci retornam à Câmara, e outras cinco cadeiras são conquistadas por candidatos concorrendo a deputado federal pela primeira vez (antes candidatos a deputado estadual, na maioria dos casos).

Na última eleição o tamanho da lista se mantém, assim como o da bancada. São 11 os reeleitos, e quatro novas cadeiras, conquistadas por ex-prefeitos e ex-deputados estaduais.

Os mapas abaixo deixam que a melhora do desempenho do PT ao longo dos anos se deve a dois movimentos: tanto o aumento da votação nas regiões onde já verificava bom desempenho – na região metropolitana, principalmente – como a entrada do partido em regiões onde não tinha votos. É notável o salto em 2002, quando o partido espalha seus votos por todo estado.

Figura 4: Desempenho do PT para Câmara Federal nos municípios (% comparecimento)



Evidentemente, há muito a ser explorado quanto ao desempenho do partido nas eleições proporcionais, sobretudo quanto se qual o retorno eleitoral associado aos candidatos a deputado federal progressos das disputas locais. Uma das sugestões seria, por exemplo, observar se há regionalização dos votos desses candidatos associada aos

municípios de origem, sugerindo que estes carregam os votos de sua base para as disputas para o Congresso.

De todo modo, essa incursão exploratória deixa ao menos duas sugestões. Em primeiro lugar, de maneira geral, o partido foi bem sucedido em elevar a sua abrangência regional, alcançando um maior número de eleitores ao longo do tempo. Em segundo lugar, na esteira do que apontara Braga, a lista do partido não parece ser exatamente permeável a candidatos *outsiders*. Dos quase 200 nomes que passam pela lista do PT no período estudado, são poucos os casos de políticos que concorrem somente uma vez e que não concorrem a nenhum outro pleito, seja antes, seja depois. Entre esses, a maioria dos casos se trata de políticos que seguem vida política exercendo outros cargos – secretários, conselheiros, assessores, etc –, além de alguns casos de migração partidária. Ou seja, há uma trajetória política em quase a totalidade dos casos, seja pelas tentativas de reeleição, seja pela disputa em outros pleitos nas eleições gerais, ou mesmo pela participação das disputas municipais. Quanto a estes últimos casos, os dados dão suporte ao que diz Braga quando ao recrutamento de candidaturas iniciar já no nível local, dada a participação de ex-candidatos a vereador e a prefeito nas eleições para a Câmara.

Estes dois aspectos, juntos, parecem oferecer um campo promissor para uma melhor compreensão da dinâmica das eleições proporcionais do ponto de vista da estratégia partidária.

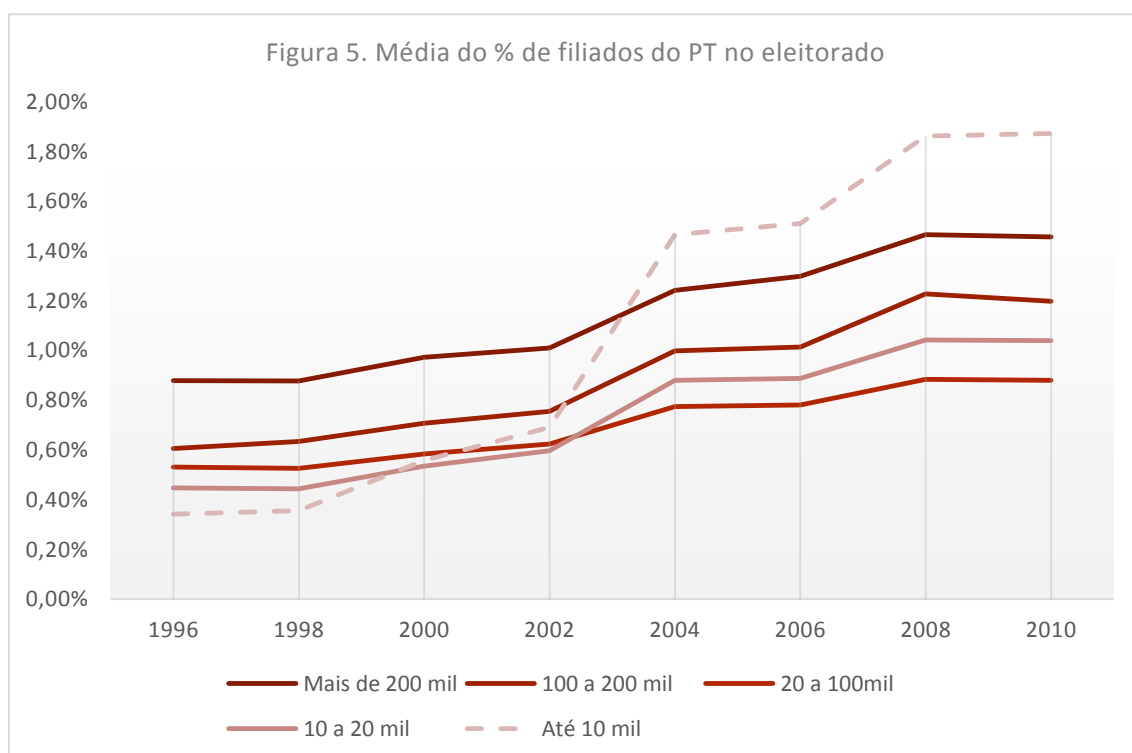
5. Organização local e recrutamento de candidaturas

A literatura sobre o PT sempre destacou a preocupação do partido em ampliar sua capilaridade organizativa e incrementar a base de filiados⁴, dada a dificuldade de interiorização do partido nos municípios. Keck (1991) ressaltara a concentração dos membros do partido nas maiores cidades do estado no início, diferentemente dos

⁴ No Brasil, a despeito dos baixos níveis de identificação registrados, comparativamente a outros países a proporção de eleitores filiados é bastante alta, estando acima de média europeia, inclusive, que é de 4,65% (Guarnieri, 2012). Em 2012 o TSE registrou mais de 15 milhões de filiados, representando cerca de 10% do eleitorado brasileiro.

outros partidos. Em 1985, 65% dos filiados estavam nas cidades com mais de 100 mil habitantes – que naquele ano abarcavam 47% da população. Até 2000, segundo Amaral (2011), as iniciativas em reverter este quadro teriam se dado mais no sentido de campanhas de filiação (como em 1987, 1992 e 1995), ainda neste momento esbarrando em uma série de limitações de recursos.

Ribeiro (2008) aponta as barreiras institucionais e organizativas começam a ser superadas a partir de uma forte investida da direção do partido reconhecendo a necessidade de abrir diretórios e realizar atividades partidárias no interior do país para superar a fragilidade organizativa, incompatível com os objetivos do partido de tornar-se mais competitivo eleitoralmente. O autor aponta que essa reestruturação teria sido facilitada pelo aumento de recursos disponíveis pelo fundo partidário, assim como pela crescente centralização das finanças pelo diretório nacional, além de aumento das contribuições estatutárias e das doações pela aproximação de setores do empresariado que multiplicam as receitas do partido.



Resultado disso é que a base de filiados do partido seria ampliada consideravelmente, e o PT participaria de mais pleitos elegendo mais representantes no nível local. Somar-se-ia a isso o sucesso da eleição de 2002, que seria capitalizado

politicamente pelo partido. A campanha de filiação em massa conduzida em 2005, além de mais estruturada, atualiza os dados do partido permitindo-lhe dimensionar qual sua base real. Assim, o despontar do partido em 2006 poderia ser atribuído não somente ao “fator Lula”, mas também à chegada do partido nas regiões de tradicional fragilidade organizativa.

Guarnieri (2012) salienta que a filiação partidária pode não dizer muito sobre a participação política efetiva dos eleitores, já que não se sabe se esses eleitores participam de fato ou não da vida partidária. Todavia, esta variável dá dimensão de quantas pessoas estão ao alcance do partido, indicando o tamanho das redes partidárias locais e do poder de mobilização do partido, sobretudo quanto ao recrutamento de candidaturas. Espera-se, assim, que um número maior de filiados potencialize as chances de o partido concorrer com candidatura própria a prefeito nas cidades.

A tabela abaixo informa qual a média de crescimento do número de filiados no conjunto dos municípios, agregados de acordo com a magnitude do eleitorado. O crescimento da base de filiados foi calculado pela diferença do percentual de filiados no eleitorado no ano da eleição em relação à eleição anterior. As categorias 0 e 1 dizem respeito ao lançamento de candidaturas a prefeito.

Tabela 4. Lançamento de candidatos a prefeito em São Paulo pelo PT

Tamanho dos municípios	Média filiados N casos	1996			2000			2004			2008			2012		
		0	1	Total	0	1	Total	0	1	Total	0	1	Total	0	1	Total
Mais de 200 mil	mean	0,03%	0,27%	0,26%	0,02%	0,11%	0,09%	0,14%	0,28%	0,27%	0,26%	0,21%	0,22%	-	-	-
	N	1	24	25	3	22	25	2	23	25	7	18	25	5	20	25
100 a 200 mil	mean	0,00%	0,04%	0,02%	0,11%	0,10%	0,10%	0,36%	0,27%	0,29%	0,08%	0,39%	0,23%	-	-	-
	N	14	13	27	10	17	27	6	21	27	14	13	27	9	18	27
20 a 100mil	mean	0,04%	0,08%	0,06%	0,03%	0,08%	0,05%	0,13%	0,22%	0,19%	0,07%	0,15%	0,11%	-	-	-
	N	84	78	162	90	72	162	53	109	162	82	80	162	81	81	162
10 a 20 mil	mean	0,05%	0,27%	0,10%	0,08%	0,12%	0,09%	0,24%	0,46%	0,34%	0,10%	0,30%	0,16%	-	-	-
	N	85	25	110	90	20	110	56	54	110	76	34	110	71	39	110
Até 10 mil	mean	0,11%	0,32%	0,13%	0,17%	0,65%	0,22%	0,67%	1,50%	0,91%	0,28%	0,85%	0,40%	-	-	-
	N	276	25	301	289	32	321	229	92	321	255	66	321	230	91	321
Total	mean	0,08%	0,17%	0,11%	0,12%	0,20%	0,14%	0,51%	0,66%	0,58%	0,20%	0,41%	0,27%	-	-	-
	N	460	165	625	482	163	645	346	299	645	434	211	645	396	249	645

⁵ A campanha disponibilizou um serviço telefônico gratuito e um sítio na internet para receber o contato dos candidatos a filiação. Foram permitidas também adesões coletivas junto às executivas municipais (Ribeiro, 2008: 232).

No início da série, nas eleições de 1996, vemos que o PT garantiu candidato a prefeito em 24 dos 25 municípios com mais de 200 mil habitantes – a única exceção foi o município de Barueri. A presença do partido vai diminuindo nesta primeira eleição à medida que se chega aos municípios menores. Em 2000 a distribuição é semelhante, mas o partido se ausenta mais municípios entre os maiores: ainda em Barueri (sai coligado com o PV), em São José do Rio Preto (coligado ao PPS) e em Taubaté (com ao PDT) o partido deixa de lançar candidatos. O número de prefeituras conquistadas aumenta consideravelmente neste ano.

Em 2004 o PT lança o maior número de candidaturas a prefeito dentro de toda a série. Dentre os maiores, deixa de lançar novamente em Taubaté (onde sai coligado ao PMDB) e Mogi das Cruzes (ao PL), e perde cinco cadeiras neste grupo. Quanto aos municípios com menos de 20 mil eleitores, o partido praticamente triplica o número de candidaturas solas. Ribeiro já havia apontado que o salto em 2004 na eleição de vereadores se atribuiria à estratégia de expansão organizativa, marcando a chegada do PT nos municípios menores onde até então sua implementação era frágil. O pronunciado crescimento nas eleições de 2004, quando o PT passa a estar representado em 42% das Câmaras Municipais do país (eram 27% em 2000, e 21% em 1996) seria resultado da estratégia de ampliar a organização.

Vemos que, de fato, neste ano o crescimento em termos de filiação é, na média, o mais pronunciado de toda a série na categoria dos municípios menores, justamente quando o partido triplica o número de candidaturas oferecidas. O número de prefeituras conquistadas, todavia, não cresce à altura. As 34 candidaturas a mais nos municípios de 10 a 20 mil eleitores rendem um acréscimo de seis cadeiras, e a taxa de sucesso nas menores cidades cai em relação a 2000. Não se verifica o mesmo impulso quanto ao lançamento de candidaturas nos anos seguintes. 2008 e 2012 marcam as eleições com maior ausência de candidatos a prefeito petistas entre as maiores cidades, embora o saldo de prefeituras nestas eleições tenha sido maior.

6. Considerações Finais

Em termos empíricos, foram apresentados alguns achados sugestivos. Em primeiro lugar, colocaram-se algumas problematizações quanto ao que se diz na literatura sobre a suposta a mudança de apoio do partido. A análise demográfica dos dados eleitorais parece não apontar exatamente para a transformação da base do partido, mas sim para a progressiva incorporação de um eleitorado onde a entrada do partido era mais frágil, seja para a disputa para a presidência, seja para a Câmara de Deputados.

Em segundo lugar, explorou-se um pouco da composição da lista partidária do PT para este último pleito, que mostrou ser fechada à entrada de candidaturas “avulsas”, e ter alguma relação com a esfera local no que diz respeito ao recrutamento de candidaturas. Este ponto ainda merece maior atenção, mas mostrou-se bastante sugestivo quando ao aspecto organizacional para compreender a oferta eleitoral do partido.

Por fim, explorou-se um pouco da entrada do partido no nível local, tanto quanto ao lançamento de candidaturas quanto à evolução da base de filiados. Conforme já apontado por outros estudos, fica claro o movimento de entrada do PT nos municípios menores associada à sua expansão organizativa.

Buscou-se apontar para uma lacuna no que diz respeito à compreensão do papel da organização de bases locais para a evolução eleitoral do partido. Pelo fato do modelo de organização de massa estar associado também ao discurso ideológico de esquerda, as mudanças do partido neste sentido acabaram ofuscando a importância que se atribuía à dinâmica organizacional para os resultados eleitorais do PT – paradoxalmente, no momento em que ele se aproxima dos setores até então marginalizados do sistema político deixa de ser para a literatura um partido de massas. O que se argumentou foi que as abordagens disponíveis oferecem uma compreensão pouco abrangente da estratégia que permitiu ao partido crescer entre o eleitorado, em todos os níveis de disputa. Cabe, então, investigar quais os retornos eleitorais efetivos associados a essa dimensão.

7. Bibliografia

ALDRICH, John H. 1995. Why parties? : The origin and transformation of political parties in America. Chicago: The University of Chicago Press.

AMARAL, Oswaldo. 2011. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. Opinião Pública, Campinas, v. 17, n. 1.

BARTOLINI, Stefano; MAIR, Peter. "Challenges to contemporary political parties" in Larry Diamond & Richard Gunther (eds) Political Parties and Democracy. The Johns Hopkins University Press. 2001.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. (2008). "Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo" Opin. Publica [online], vol. 14, no. 2, pp. 454-485.

BRAGA, Maria do Socorro; SILVEIRA, Rodrigo R.; BORGES, Tiago. 2012. Organização, território e sistema partidário: Difusão territorial da organização partidária e seus impactos sobre o sistema partidário brasileiro. Trabalho apresentado no VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.

CARREIRÃO, Yan de S. & KINZO, M. D. G. 2004. "Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989-2002)". Dados, vol.47, nº.1.

DUVERGER, Maurice. 1980. Os Partidos Políticos. São Paulo: Zahar.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. 1999. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FRENDREIS, J. P.; GIBSON, J. L.; VERTZ, L. L. 1990. "The Electoral Relevance of Local Party Organizations". The American Political Science Review, vol. 84, nº1 (Mar. 1990), pp. 225-235.

GUARNIERI, Fernando. 2009. "A força dos "partidos fracos" - um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral". Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

_____. 2012. "Organização partidária e mobilização eleitoral no Brasil: o elo perdido". Trabalho apresentado no VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.

HUNTER, Wendy. 2007. "The Normalization of an Anomaly: The Worker's Party in Brazil". *World Politics*, Vol, 59, Nº 3, April 2007.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. 2007. "Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006". In *Latin American Politics & Society* Volume 49, Number 1, Spring 2007 pp. 1-30.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. 1995. "Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party". *Party Politics* January 1995 1: 5-28.

KECK, Margaret. 1991. *A Lógica da Diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática.

KINZO, Maria D'Alva G. 2004. "Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985". *RBCS*, vol. 19.

LAMOUNIER, Bolívar. 1994. "A Democracia brasileira de 1985 à década de 1990: a síndrome da paralisia hiperativa", em Velloso, J. P dos Reis (org) *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio.

_____. 2005. *Da Independência a Lula: Dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurim Editora.

LAVAREDA, Antônio. 1991. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ.

LUCAS, Kevin & SAMUELS, David. 2009. "The Ideological "Coherence" of The Brazilian Party System, 1990-2009". *Journal of Politics in Latin America*, 2, 3, 39-69.

MAINWARING, Scott. 1991. "Políticos, partidos e sistemas eleitorais: O Brasil numa perspectiva comparada". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 29.

_____. 1999. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: the case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press.

MAIR, Peter. 1994. "Party organizations: from civil society to the state", in Richard Katz & Peter Mair (eds) *How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies*. London: Thousand Oaks.

_____. "Political Parties and Democracy: What sort of future?"
<http://www.ics.ul.pt/ceapp/english/conferences/fulbright/18PMair.pdf>

MENEGUELLO, Raquel. 1989. *PT: A Formação de um Partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 2012. "O impacto do PT no sistema partidário: alinhamentos, arranjos políticos e movimentação de elites em torno do eixo petista". Trabalho apresentado no Workshop *The PT from Lula to Dilma: Explaining Change in the Brazilian Worker's Party*. Oxford, Janeiro de 2012.

MESQUITA, L. 2008. "Emendas ao Orçamento e Conexão Eleitoral na Câmara dos Deputados Brasileira". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da USP.

NICOLAU, Jairo & PEIXOTO, Vitor. 2007. "Uma Disputa em Três Tempos: Uma Análise das Bases Municipais das Eleições Presidenciais de 2006". Trabalho apresentado no XXXI Encontro Anual da ANPOCS.

NICOLAU, Jairo. 2010. "Parties and Democracy in Brazil, 1985-2006: Moving toward Cartelization". In: Kay Lawson; Jorge Lanzaro (orgs) *Political Parties and Democracy*. Santa Barbara: Praeger, 2010, v. 1, p. 101-126.

PANEBIANCO, Angelo. 2005. *Modelos de Partido. Organização e Poder nos partidos políticos*. São Paulo, Martins Fontes.

PEREIRA, C. & B. MUELLER. "Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa no Brasil: Conexão Eleitoral no Brasil" Dados. Vol. 45, pg.265-302. 2003.

PRZEWORSKI, Adam. 1989. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Companhia das Letras.

REIS, Fábio W. 2000. "Regiões, Classe e Ideologia no Processo Eleitoral Brasileiro", em REIS, Fábio W. (org) Mercado e Utopia. São Paulo: Edusp.

RIBEIRO, Pedro Floriano. 2008. "Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005". Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos.

RICCI, P. 2003. "O Conteúdo da Produção legislativa Brasileira: Leis Nacionais ou Políticas Paroquiais?". Dados, vol.46, n°.4, Rio de Janeiro.

SAMUELS, David. As Bases do Petismo. Opinião Pública, Campinas. Vol X, nº 2, Outubro 2004.

SARTORI, Giovanni. 1982. Partidos e sistemas partidários. Brasília: Ed. UnB.

SCHMITTER, Philippe. "The consolidation of Democracy and Representation of Social Groups", American Behavioral Scientist, Vol. 35, Nos. 4-5, March/June 1992, (pp.422-449).

SECCO, Lincoln. 2011. A História do PT. São Paulo: Ateliê Editorial.

SINGER, André. 2010. "A segunda alma do partido dos trabalhadores". Novos Estudos – CEBRAP nº.88 Dec. 2010.

SOUZA, M. C. Campello. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega. 1990.

ZUCCO, Cesar. 2008. "The President's New Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections". In *Journal of Latin American Studies*, n. 40, p. 29-49.